

Maio é mês de recuperar os salários

No ano passado a falta de habilidade dos reitores da USP, Unesp e Unicamp levaram os docentes e funcionários das universidades estaduais paulistas a uma greve de 37 dias.

No dia 30 deste mês o Fórum das Seis estará entregando ao Cruesp a pauta de reivindicações de data base, marcada para ser discutida a partir de 1º de maio. A Assembléia da Adusp, realizada no dia 9 deste mês, decidiu exigir o cumprimento do Comunicado 09/94 do Cruesp, através do qual os reitores se comprometem com um limite de comprometimento da folha salarial no segundo semestre de 94 em 85% do total do ICMS repassado pela secretaria da Fazenda. Diz, ainda, o texto daquele Comunicado, que se o nível de comprometimento for abaixo de 85% da média acumu-

lada das três universidades, a diferença será incorporada a título de aumento real, tendo, porém, como parâmetro de convergência, o nível de 85% de comprometimento. Ocorre que, no período de julho a dezembro do ano passado a quota-parte das universidades correspondeu a R\$ 474,3 milhões e o Cruesp deveria ter gasto R\$ 403,2 milhões com salários (85%). Como somente R\$ 393,2 milhões foram aplicados em salários, estão faltando R\$ 10 milhões, o que corresponde a 14% a mais no salário de dezembro de 94.

A Assembléia da Adusp decidiu, ainda, exigir reajuste para recuperar o poder aquisitivo de maio do ano passado pelo ICV/Dieese, mais 15% de aumento como recuperação de perdas passadas. Mesmo levando-se em consideração o aumento da gratificação de mérito decidido pelo Cruesp este mês, as três universidades ainda estarão

devendo, em maio (data base), cerca de 30% aos MS1 e a todos os funcionários, 23% aos MS2 e aproximadamente 16% aos MS5 e 6. Vale ressaltar que a estes índices devem ser aplicados os 15% para a recuperação das perdas anteriores a maio de 94.

Ainda no item salarial, a assembléia decidiu exigir a definição de uma política até abril do próximo ano, levando em consideração as seguintes características: reajuste mensal de salário com correção da inflação até o dia do efetivo pagamento pelo ICV/Dieese; reposição das perdas passadas, tendo janeiro de 1989 pelo ICV/Dieese como referência, e reunião em novembro deste ano para avaliação e negociação de recuperação de perdas salariais.

Condições de trabalho - Os docentes exigem também a regularização da situação trabalhista de todos os professores e funcionários contratados em caráter

precário; reposição do quadro de docentes e funcionários envolvidos nas atividades de pesquisa, ensino e extensão para atender às atuais necessidades das três universidades; estabelecimento de uma política de expansão do quadro docente e de funcionários e preservação do emprego, política de treinamento do quadro funcional das universidades e discussão de critérios e formas de relocação. Além destas propostas, outras seis foram apresentadas nos itens de saúde e seguridade e transparência orçamentária e administrativa.

As associações docentes e sindicatos de trabalhadores da USP, Unesp e Unicamp estarão apresentando ao Fórum, esta semana, as pautas de reivindicações aprovadas em suas assembleias para serem sistematizadas. A Adusp realizou sua última assembleia para discutir as reivindicações no dia 22 deste mês.

Previdência

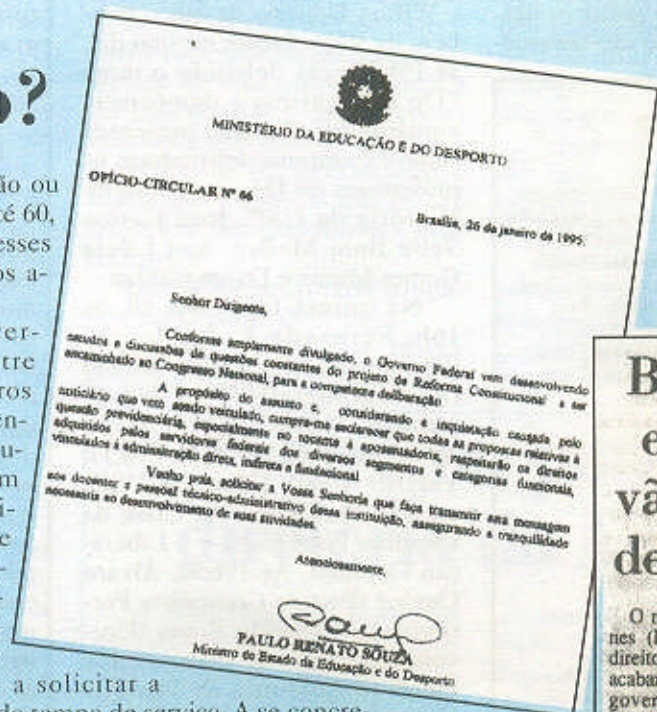
Quem está mentindo?

No dia 26 de janeiro, o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, fez circular por todas as universidades públicas brasileiras, inclusive as estaduais, ofício informando que "o governo federal vem desenvolvendo estudos e discussões de questões constantes do projeto de Reforma Constitucional a ser encaminhado ao Congresso Nacional. A propósito do assunto e, considerando a inquietação causada pelo noticiário que vem sendo veiculado, cumpre-me esclarecer que todas as propostas relativas à questão previdenciária, especialmente no tocante à aposentadoria, respeitarão os direitos adquiridos pelos servidores federais dos diversos segmentos e categorias funcionais, vinculados à administração direta, indireta e fundacional".

Exatos dez dias depois, o ministro da Previdência, Reinhold Stephanes, concede entrevista informando que "o direito à aposentadoria especial acabará quando as reformas do governo entrarem em vigor". Não haverá transição, informa matéria de capa da *Folha de S. Paulo*, edição de 21 de fevereiro. Ainda segundo a matéria, diz Stephanes que professora com menos de 25 anos de serviço terá de concluir 38 anos de

contribuição ou trabalhar até 60, se forem esses os números aprovados.

A divergência entre os ministros da Previdência e da Educação tem levado milhares de professores, por todo o país -inclusive na USP-, a solicitar a contagem do tempo de serviço. A se concretizar o afastamento destes professores, através da aposentadoria, a Nação estará perdendo uma geração inteira de educadores que não serão repostos da noite para o dia. Como se vê, no governo FHC cada um chuta para um lado. E quem paga o pato, novamente, é o trabalhador.



Benefícios especiais vão acabar de uma vez

O ministro Reinhold Stephanes (Previdência) disse que o direito à aposentadoria especial acabará quando as reformas do governo entrarem em vigor. Não haverá transição.

Professora com menos de 25 anos de serviço terá de concluir 38 anos de contribuição ou trabalhar até 60, se forem esses os números aprovados. PÁG. 1-10

Proposta do governo retira da Constituição a isonomia salarial do funcionalismo. PÁG. 1-12

Valente reúne-se com o Fórum das Seis

Dois Pontos

No alvo

A diretoria da Adusp recebeu dezenas de telefonemas de congratulações pela edição do Informativo Adusp, fevereiro - nº 7. O Informativo aponta a intransigência como a marca do reitor Flávio Fava de Moraes, o distanciamento da sociedade que a reitoria vem impondo à USP no primeiro ano de sua gestão, a falta de uma política de recursos humanos que atenda os interesses acadêmicos e dos trabalhadores e analisa o programa de avaliação imposto pela Cert aos docentes. A vice-reitora, Myriam Krasilchik, também ligou para explicar que não escreveu o artigo de auto-avaliação do primeiro ano da gestão Fava porque o convite da Adusp foi feito com pouca antecedência do fechamento da referida edição. A bem da verdade, o convite foi feito com 13 dias de antecedência, através da assessoria de imprensa da reitoria, na mesma data em que se iniciou a produção das matérias publicadas no Informativo. Esse desencontro nos faz crer que houve falha na comunicação entre a assessoria de imprensa da USP e a vice-reitora. Reiteramos o caráter democrático do Informativo Adusp, que mantém o convite, e o espaço de uma página, para que a reitoria faça sua auto-avaliação.

foi acatado por ampla maioria, inclusive com o voto favorável do próprio diretor.

Anuário dos Trabalhadores

Na primeira quinzena de fevereiro o Dieese iniciou a distribuição do "Anuário dos Trabalhadores 1994". Editado em forma de livro de bolso, o livro reúne 21 gráficos e 93 tabelas com séries históricas do Índice do Custo de Vida (ICV) e indicadores demográficos e sociais do mercado de trabalho, sindicais e econômicos. O Anuário é um importante guia e permite o acesso a indicadores que tratam os problemas do dia-a-dia dos trabalhadores. Um exemplar do Anuário encontra-se à disposição dos docentes para consultas na sede da Adusp.

Até tu, Stephanes?

Principal responsável pelas mudanças na previdência, o ministro Reinhold Stephanes aposentou-se aos 46 anos de idade, com 22 anos de contribuição. De quebra, recebe uma aposentadoria de R\$ 3.500,00, segundo o Jornal da CUT, edição Nº 154. Depois de garantir a sua parte, o ministro quer, agora, acabar com a aposentadoria por tempo de serviço e determinar idade mínima para os simples mortais.

Representação docente ameaçada

O diretor do IMEUSP publicou edital de convocação das eleições para compor Conselhos Departamentais e Congregação com diversos erros. Dentre eles está o de convocar a eleição para um representante dos doutores e três dos associados junto à Congregação, apesar do estatuto da USP prever o mínimo de três doutores e quatro associados. A justificativa do diretor é que presidentes de comissões e chefes de departamento devem ser descontados para efeito do cálculo do número de representantes. Com base na resolução 3850 de 13/8/91, que afirma que os números devem ser respeitados, alguns docentes entraram com recurso junto à Congregação. O recurso

Composição social da Câmara

A composição social da nova Câmara Federal está assim constituída: 163 empresários, 102 advogados, 56 médicos, 37 engenheiros, 26 economistas, 16 funcionários públicos, 15 jornalistas, 8 bancários, 6 operários, 2 trabalhadores rurais, 2 comerciários e 11 classificados por "outras profissões". Outros 72 parlamentares enquadraram-se como profissionais liberais. Segundo análise do Mural Sinafresp, cerca de 380 deputados estão mais ligados socialmente aos interesses empresariais, enquanto que os setores ligados ao mundo do trabalho contam com aproximadamente 60 parlamentares.

Ronaldo Estler



dade da ação parlamentar em sintonia com as entidades das universidades estaduais paulistas. Durante as duas horas e meia do encontro, foram analisadas, ainda, a postura neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso, as possibilidades de oposição ao novo presidente e a Reforma Constitucional.

rados modelos de democracia para a América Latina.

Na quarta-feira, dia 19, às 16h será debatida "A Transição Espanhola: Aspectos Culturais". Participarão dessa mesa Valéria de Marco (Letras/USP), Eduardo Peñuela Cañizal (ECA/USP) e Wilson Honório da Silva, também da ECA. Nesse mesmo dia, às 19h30 será debatido o tema "Do Franquismo à democracia monárquica". Estarão presentes como expositores/debatedores os professores do Departamento de História da USP, José Carlos Sebe Bom Meihy, Ana Lúcia Gomes Muniz e Dante Gallian.

Na quinta-feira, dia 20, às 16h, Fernando A. A. Mourão (Sociologia/USP), Carlos Serrano (Antropologia/USP), Nanci Leonzo (História/USP), Maria Aparecida Bacegas (ECA/USP) e Valério Arcary (História/USP) estarão analisando "A Crise da Ditadura Portuguesa e a Liberação Colonial. Às 19h30, Álvaro Cunhal (Partido Comunista Português), Fernando Rosas (Universidade Nova de Lisboa) e Iva Delgado (Instituto de História Contemporânea de Lisboa) estarão debatendo "A Revolução dos Cravos: abril de 1974 - novembro de 1975". Os debates serão no Anfiteatro de História.

O deputado federal Ivan Valente (PT/SP) reuniu-se, na primeira semana deste mês, com os representantes do Fórum das Seis Entidades, na sede da Adusp. O encontro serviu para avaliar o apoio dado por Valente às lutas das entidades representativas dos funcionários e docentes da USP, Unesp e Unicamp na Assembléia Legislativa de São Paulo, entre os anos de 91 a 94.

Agora na Câmara Federal, ele colocou-se à disposição das entidades e reafirmou seu compromisso em defesa da escola pública gratuita e de qualidade. Ivan Valente foi indicado membro titular da Comissão de C&T e Comunicação da Câmara dos Deputados e ressaltou, na reunião, a necessidade de continui-

O fim das ditaduras em Portugal e na Espanha

Entre os dias 19 e 20 de abril o Departamento de História (FFLCH/USP) estará debatendo, num simpósio coordenado pelo prof. Osvaldo Coggiola, o fim das ditaduras em Portugal e na Espanha (1975-1995). A proposta é analisar as contradições econômicas e políticas desses dois países que são conside-

Adusp

Diretoria:

Otaviano Helene, Zilda Iokoi, Francisco Miraglia, Lígia C.M. Machado, Luiz Carlos de Sá Rocha, Décio Crisol Donha, Primavera Borelli, Benedito Honório Machado, Marcos Nereu Arenales, José Nivaldo Garcia, Evaldo L. Titto.

Editor:

Marcos Luiz Cripa vd
Projeto Gráfico:
Argeu Godoy

Produção Gráfica:

Maria Cristina Waligora e

Luís Ricardo Câmara

Revisão:

Raquel La Corte

Secretaria:

Rogério Yamamoto

Alexandra Carillo

Distribuição:

Marcelo Chaves

Walter dos Anjos

Tiragem: 6.500 exemplares

Periodicidade: mensal

Filmes: Paper Express

Adusp-S.Sind.: Av. Prof. Luciano

Gualberto, trav. J, nº 374

Cid. Universitária - São Paulo - SP

CEP 05508-900 - Tel: (011) 813-5573

Fax: (011) 814-9321

Reitoria investe contra o direito de greve

Cruesp não consegue dividir Entidades



Apesar de a reitoria não enumerar na ação os prejuízos reais sofridos pela Universidade de São Paulo, em consequência da greve ocorrida no ano passado, o juiz da 6ª Vara da Fazenda Pública julgou procedente parte da ação contra o Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp). O sindicato recorreu e a ação ainda está em tramitação. A reitoria pleiteava parecer favorável pela impossibilidade da realização de novas e futuras greves e o ressarcimento de prejuízos sofridos durante o período de paralisação. A primeira parte o magistrado julgou improcedente e a segunda, mesmo a reitoria não tendo apresentado laudos comprobatórios de prejuízos, foi acatada. Para o assessor jurídico do Sintusp, Donato Antonio de Farias, esta é uma ação política julgada de forma política. O que se pretende, na realidade, é inviabilizar o direito que os trabalhadores têm de fazer greve.

O quê pretende a reitoria ao entrar com este tipo de ação contra o Sindicato dos Trabalhadores da USP?

Donato - A universidade busca, através do judiciário, exercer uma pressão, uma verdadeira coação em cima dos servidores para que os prejuízos em virtude de uma greve venham a ser indenizados pelos grevistas. Obviamente isso desvirtua o movimento de paralisação e acaba por anular o direito de greve que está previsto na Constituição.

Quais os prejuízos alegados pela reitoria?

Donato - De uma forma genérica o que eles colocam é

que houve prejuízos de ordem patrimonial, sem no entanto apontá-los, alegam prejuízos de ordem financeira, atrasos nos pagamentos de contas, e prejuízos de ordem didática.

Como não compete ao Sintusp arcar com a responsabilidade de um prejuízo de ordem didática, nos parece que se trata de uma peça política e não jurídica. Correto?

Donato - Sem sombra de dúvidas é uma ação política. E a decisão do juiz é uma decisão eminentemente política. A sentença dele é contraditória, antagônica, uma vez que na primeira parte ele ilustra e fala da constitucionalidade da greve e ao mesmo tempo condena o Sintusp a ressarcir os prejuízos decorrentes de uma greve que teve todo o seu curso dentro da normalidade. Então não adianta nada ter um direito em tese, mas que não pode ser exercitado porque tem um ônus posterior.

Decisões jurídicas como esta não investem contra a Constituição?

Donato - O que se nota é que a grande maioria das prerrogativas e conquistas dos trabalhadores obtidas na Constituição de 1988 foram paulatinamente esvaziadas em virtude de decisões judiciais. Ou por falta de regulamentação por parte do Congresso ou interpretações distorcidas.

Você acredita que a reitoria agiu visando enfraquecer uma possível greve este ano, na data base?

Donato - Tenho certeza disso porque a administração da universidade sempre trabalhou na perspectiva de enfraquecer a organização dos trabalhadores da USP.

Eleição para diretoria da Adusp

A Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo estará realizando em maio eleição para renovação da atual diretoria. O Conselho de Representantes da Adusp indicará, ainda este mês, a Comissão Eleitoral responsável pela definição do calendário. A chapa completa da diretoria da Adusp deverá ser

composta de Presidente, 1º e 2º Vices, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesoureiros e Diretores Regionais de Piracicaba, Ribeirão Preto, São Carlos, Pirassununga e Bauru. As decisões da Comissão, o regimento e o calendário eleitoral estarão sendo divulgados nos Boletins da Adusp e nos próximos Informativos.

Um mês antes da data base dos professores e funcionários das três universidades estaduais paulistas, o Cruesp decidiu reajustar os valores da gratificação de mérito da carreira docente (exceção aos MS1), registrando um aumento médio de 10 a 11% em relação ao salário de fevereiro. Somente na Unicamp o piso salarial dos servidores foi aumentado de R\$ 190,00 para R\$ 350,00, beneficiando cerca de mil funcionários (menos de 20% do quadro). Já os funcionários da USP o Cruesp "espera implementar, o quanto antes, a nova carreira dos funcionários não-docentes". Dinheiro mesmo, que é bom, nada.

Já o coordenador do Fórum das Seis, José Luis Pio Romero (diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp), esta é a tática adotada pelos reitores Flávio Fava de Moraes, Arthur Roquete de Macedo e José Martins Filho para tentar dividir o movimento pela melhoria salarial e de condições de trabalho nas três universidades. A avaliação de José Luis é de que a postura do Cruesp servirá para unir ainda mais os trabalhadores na data base, uma que vez em

duas universidades (USP e Unesp) os funcionários foram colocados à margem de qualquer aumento, e uma significativa parcela dos docentes da USP/Unicamp e Unesp também não receberam reajuste. A campanha salarial continua com o encaminhamento da pauta de reivindicações unificada, afirma José Luis. "Não vamos abrir mão de uma atuação conjunta de funcionários e docentes." A diretoria da Adusp também entende que a atuação conjunta de docentes e funcionários é uma conquista significativa e que não iremos abrir mão dela.

O Fórum, segundo o seu coordenador, vai exigir a instalação da Comissão de Isonomia, aceita no ano passado pelo Cruesp por exigência das entidades. Apesar de oficializada, esta comissão, composta por representantes do Fórum e das reitorias, não teve nenhuma reunião convocada pelo Cruesp, apesar da insistência do Fórum. Já José Luis, a instalação efetiva da Comissão de Isonomia impede que os reitores tratem de forma diferenciada as reivindicações de docentes e funcionários das três universidades.

Tsunami é uma grande onda oceânica provocada por forças tectônicas: aqui é metáfora cósmica e eletrônica. Dizem os entendidos que uma revolução cultural é muito mais do que uma revolução científica e que a que atualmente ocorre é cultural, tecnológica e acompanhada de presságios apocalípticos. Nicolau Sevcenko se referiu ao bombardeio de imagens a que estamos sendo submetidos, incorporadas em nossa subjetividade e absorvidas num processo que seria o da "dissolução de nosso enquadramento contextual". Tratar-se-ia de um novo mundo cosmoelétrico denominado "Cyberia". Neste contexto, Sevcenko compara o Presente com o Renascimento, e alerta para o fato de que a presente revolução, por sua natureza, é de alcance, proporções e conseqüências infinitamente maiores, com a agravante de suscitar poucas reflexões.

Os problemas e preocupações da USP parecem ainda muito distantes disso tudo, embora se trate de algo bem relevante. Cabe-nos portanto, desde já, passar a reinventar universitários que tenham propriedades híbridas, combinando funções de especialistas e de generalistas, capazes de povoar com propriedade e dignidade uma USP do terceiro milênio.

Para docentes, há múltiplas facetas envolvidas: a discussão de critérios para a ocupação de novos espaços televisivos, aquisição de know-how para implementar multimídia interativos em todas as áreas, participação em redes e outros "musts" que estão surgindo e logo evoluirão aceleradamente. Temos muitas demandas para inundar fibras ópticas com fluxos de bytes "providos de cidadania democrática" e, ao mesmo tempo, pouco preparo e nenhuma discussão.

Numa época em que os obrigam a pensar na sobrevivência individual, mais do que nunca vale o trocadilho: vamos nos Raonir, senão a gente se Sting. Fica portanto a sugestão de criação de um grupo de trabalho que debata nosso espaço nessa discussão. Quem se habilita?

Franco Levi é professor do Instituto de Geociências

Perseguição política tenta afastar professora da USP

O Conselho do Departamento do Instituto de Biociências apreciou e negou o recurso da professora Marina Passeto Nóbrega, que teve recusado o seu pedido de recontração. Desta forma, o recurso deverá, agora, ser apreciado pela Congregação do Instituto de Biociências e em caso de nova negativa ele será levado, ainda este mês, a apreciação do Conselho Universitário.

As razões apresentadas para a não recontração foram "o relacionamento difícil da docente com a maioria dos colegas de departamento e sua desconsideração à hierarquia universitária... considerados prejudiciais ao andamento da vida acadêmica do departamento". No dia 9 deste mês a não recontração da professora Marina foi debatida em assembléia pela Adusp e a posição da entidade é a de que a justificativa é claramente de natureza política, uma vez que o Conselho do Departamento do IB não faz nenhuma restrição acadêmica à professora afastada. Marina Nóbrega, quanto à avaliação acadêmica, foi considerada dentro da média dos docentes

daquele departamento. Ao tomar conhecimento do afastamento da professora Marina, a comunidade científica internacional se mobilizou, encaminhando cartas de protesto ao reitor da USP, Flávio Fava de Moraes.

A diretoria da Adusp posicionou-se contra a não recontração de Marina Nóbrega e em várias ocasiões, entre os meses de janeiro e março, reuniu-se com a reitoria da USP para debater a decisão do Conselho de Departamento do IB. Além dos encontros com a reitoria, que resultou na continuidade da professora na folha de pagamento da universidade até o mês de abril, a Adusp colocou a assessoria jurídica para acompanhar o caso. A diretoria da Adusp está exigindo que sejam apreciados somente os aspectos acadêmicos e não os pessoais e políticos que envolvem o caso. A Adusp exige, também, que a professora Marina seja mantida no quadro docente da USP até que a sua não recontração seja apreciada por todos os colegiados da universidade, assegurando-se, desta forma, o amplo direito de defesa.

O Conselho de Representantes da Adusp, no dia 10 de maio, divulgou uma carta junto aos membros da Congregação do Instituto de Biociências, alertando para a precipitação de julgamento feito pelo Conselho de Departamento do IB. "Vimos chamar a atenção dos colegas para o absurdo que seria esta Congregação cometer a insensatez de referendar uma decisão do Conselho de Departamento que escapa claramente dos critérios acadêmicos que utilizamos, ou devemos utilizar, tanto para contratações como para renovações de contratos. Acreditamos que não deveria haver mais espaço na USP para decisões de caráter discriminatório visando concepções pessoais ou políticas de docentes com mérito acadêmico comprovado", diz o texto encaminhado à Congregação do IB.

O Conselho de Representantes da Adusp, ressalta o fato de não estar somente "em defesa de uma colega que acreditamos injustiçada, mas em defesa de um perfil de academia que privilegia a pesquisa, a docência e o respeito à pluralidade de opiniões".

Adusp protesta contra a não nomeação de Aziz Ab'Saber para o Inpa

A diretoria da Adusp encaminhou ofício ao ministro da Ciência & Tecnologia, Israel Vargas, protestando contra a não homologação do presidente da SBPC, Aziz Ab'Saber, para a direção geral do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa). Aziz Ab'Saber foi eleito, em dezembro, com 85% dos votos dos pesquisadores e funcionários do instituto, que aguardam há três meses uma decisão do ministério da C&T.

A não nomeação do presidente da SBPC para o Inpa é atribuída a pressões militares e ao fato de Ab'Saber ter sido cotado para ministro da Ciência & Tecnologia de um eventual governo do Partido dos Trabalhadores. Ab'Saber entrou em atrito com os militares ao criticar o projeto Calha Norte e defender as reservas indígenas. Além disso, durante a realização da última reunião anual da SBPC, realizada em vitória, ele entrou em cho-

que com o ex-ministro Rubens Ricúpero, que apoiava o então candidato a presidência da República, Fernando Henrique Cardoso. O mais grave, no entanto, não é o fato de o governo

FHC considerar o presidente da SBPC um desafeto. O grande eixo dessa discussão é saber se os órgãos de ciência serão, no governo FHC, dirigidos por cientistas ou por pessoas indicadas politicamente.

No ofício, a diretoria da Adusp exige a imediata homologação do nome do professor Ab'Saber para o Inpa por tratar-se de um pesquisador mundial-



Aziz, ao centro, com Antônio Cândido e Hélio Bicudo.

mente respeitado e altamente qualificado para assumir a direção daquele instituto. O ofício ressalta, ainda, o fato de o professor Ab'Saber ter sido eleito por pesquisadores e funcionários do Inpa. "É indispensável que se respeite a qualidade da pesquisa e a autonomia dos pesquisadores brasileiros", afirma o texto da diretoria da Adusp.

Daniel B. Garcia

As recentes medidas propostas pelo ministro da Educação sugerem que ele ainda não aprendeu a lição: medidas provisórias são anti-educativas e, a continuar a prática, ninguém mais terá chance de aprender a pensar a educação neste país... Por outro lado, há uma lição em que, certamente, o ministro foi bem-sucedido. Como se manter em evidência, o sr. Paulo Renato sabe.

O exame pós-faculdade que a medida provisória institui é inútil quanto a resolver os problemas apontados e prejudicial em outros aspectos. Mas, revela com clareza a concepção de ensino defendida pelo ministro e a posição política assumida por ele.

O exame é inútil porque não vai permitir que de fato se detecte e se puna a escola ruim. Basta pensarmos em quantas foram as faculdades de direito fechadas devido a maus resultados no exame da OAB...

Com certeza, há problemas na formação profissional universitária no Brasil. Com certeza, há profissionais ruins porque foram formados em escolas ruins e não tiveram acesso a outras oportunidades de aprimorar sua prática profissional. No primeiro caso, a ação fiscalizadora deve ser feita sobre a escola e não sobre o indivíduo. O segundo caso é um problema social mais que educacional: retrata a dificuldade que muitos formandos enfrentam em se profissionalizar na área escolhida.

Além de não atacar o cerne da questão, o exame pós-faculdade vai permitir uma nova modalidade de "cursinho". Vão aparecer os preparatórios para os exames do MEC. Isso, em vez de resultar em melhor preparo para o profissional - que, por vias tortas, poderia ser uma consequência boa de uma medida ruim - vai resultar na aprendizagem de macetes, de regrinhas para passar no exame, tão a gosto dos cursinhos pré-vestibular.

As medidas propostas são prejudiciais, por outro lado. O prejuízo mais óbvio e mais imediato é o favorecimento da corrupção. Alunos mais ricos e menos éticos, faculdades mais influentes e menos éticas vão se dispor, rapidamente a resolver com dinheiro o que a competência não favorece. Eventualmente, um tipo menos óbvio de cor-

rupção pode se definir e uma classe nova de professores pode se estabelecer: os professores universitários que dão aula particular aos próprios alunos...

Os exames são prejudiciais por uma segunda razão, mais sutil, mais lenta, mas mais insidiosa que a anterior. Eles vão definir, de fato, uma prática profissional. Esta definição vai se fazer através da ênfase dada a determinados aspectos da prática e das próprias questões contidas no exame. Não vai se fazer - e este é o ponto - com base em uma definição cuidadosa e contextualizada do tipo de profissional mais necessário e/ou mais importante para nossas realidades. Nesse sentido, será uma definição apriorística. Além de apriorística e precoce, a definição da prática profissional feita atra-

Além de não atacar o cerne da questão, o exame pós-faculdade vai permitir uma nova modalidade de "cursinho". Vão aparecer os preparatórios para os exames do MEC.

vés dos exames pós-faculdade vai estabelecer uma atuação única para o país quando, talvez, os interesses e as necessidades regionais tivessem que ser atendidos de formas diversificadas.

Esta pré-definição revela, de uma maneira clara e que surpreendeu aqueles que se preocupam com a educação no Brasil, que o sr. ministro ignora a forma como se dá a formação do profissional. Saindo da faculdade, o recém-profissional, em geral, vai conviver, de forma intensiva e cotidiana, com um colega mais experiente que vai aperfeiçoar e afunilar sua formação básica. É o que ocorre nas residências médicas, na supervisão dada pelas clínicas psicológicas, nos treinamentos com profissionais seniores oferecidos por empresas e indústrias. "Surpreender" o jovem recém-formado antes dessa oportunidade significa avaliar uma formação incompleta. A solução é só uma: é necessário um investimento público maior em educação. Isso poderia resolver em definitivo o problema das escolas que oferecem formação de má

qualidade. Elas são conhecidas e notórias e nas seleções de profissionais já se evita contratar pessoal formado por elas. Isto é, o mercado já conhece aquelas escolas que deveriam ser fechadas. O motivo pelo qual elas continuam existindo e funcionando é a falta de alternativas para o aluno. Não há vagas no ensino público superior para atender a demanda. Assim, quem não consegue entrar em uma universidade pública boa (a análise dos motivos para isso é outro capítulo), vai lotando as escolas piores, sem alternativas outras.

Soluções desta ordem, que atacam a causa e não a consequência, é que deveriam ser a preocupação do ministro Paulo Renato. Elas estão enfiadas na proposta de Lei de Diretrizes e Bases - LDB - em tramitação no Senado. A LDB foi fruto de ampla discussão nos movimentos sociais organizados relacionados com educação e levou alguns anos para ser completamente elaborada. Foi aprovada pela Câmara Federal e está aguardando votação no Senado.

Agilizar a votação da LDB faria um verdadeiro serviço pela educação no Brasil. No entanto, as informações são de que não é interesse do presidente Fernando Henrique Cardoso que ela seja aprovada. Provavelmente, este é um dos motivos da pitecnicidade encenada pelo ministro da Educação que tenta "lavar as mãos" do governo sem atacar as verdadeiras causas da má formação universitária no Brasil.

Além da proposta de "exame de ordem", a MP regulamenta a eleição de reitores nas universidades em que ela é feita. Atribuir peso maior aos docentes nesta eleição é prática que já vem sendo adotada em algumas universidades. Se vem sendo adotada, ela deve satisfazer questões políticas internas e foi instituída para isso. O que é surpreendente é que seja necessário uma MP para que docentes possam fazer valer o seu voto. Substituir organização política por decretos de cima não é uma maneira de atuar que caracteriza a prática democrática. Lembra tempos idos em que senadores biônicos eram chamados para definir o lado para o qual a balança de votos penderia.

Uma propaganda massacrante acusa a máquina pública brasileira de ser excessivamente grande e ineficiente. Quanto a sua ineficiência, especialmente nas áreas de bem-estar social, não há dúvidas: aposentadorias baixíssimas, milhões de crianças e jovens fora da escola, mortalidade infantil crescente, etc. Entretanto, a acusação de que a máquina pública é grande não tem qualquer fundamento. Ao contrário disso, pode-se mesmo atribuir a ineficiência, que seria melhor caracterizada se chamada de insuficiência, ao menos parcialmente, à pequenez do setor público no Brasil.

De fato, o setor público brasileiro dispõe de algo entre 20% e 25% do PIB para seus gastos. Esses percentuais são muito baixos quando comparado com o que ocorre nos países organizados. Em vários deles, como o Reino Unido e a Alemanha, os gastos públicos se situam próximos dos 45% do PIB. Em alguns países, como a França e os países nórdicos, os gastos públicos superam 50% do PIB. Diversos países menos desenvolvidos (como Portugal, Polônia, Egito, Hungria, Botsuana, Jordânia, entre outros) têm setores públicos cujos gastos superam 40% do PIB.

O Brasil tem dois funcionários públicos civis para cada grupo de 100 habitantes enquanto nos países organizados essa proporção é de 4 a 5 para cada grupo de 100 habitantes. A França tem 4 funcionários civis para cada grupo de 100 habitantes; desses, 1,5 são professores pagos pelo Estado; embora a população dos EUA seja menos do que duas vezes maior do que a brasileira, aquele país tem 5 vezes mais funcionários federais do que o Brasil.

Não há qualquer dúvida de que o setor público brasileiro é pequeno e insuficiente. E é necessário repetir que a sonegação fiscal e de contribuições previdenciárias é uma das principais causas disso. Para que o setor público brasileiro possa assumir as tarefas que lhe cabem, ele deve ser cerca de duas vezes maior do que é, quer em termos de recursos disponíveis, quer em termos de trabalhadores. Mantida a atual situação estaremos mais próximos de países pouco exemplares no que diz respeito à promoção econômica e social e à soberania nacional do que daqueles que conseguiram ou estão conseguindo superar as barreiras do subdesenvolvimento.

Otaviano Helene é professor do IF e presidente da Adusp.

Regional Ribeirão Preto debate convênio de medicina privada

Brasil faz escola

"O presidente da Venezuela, Rafael Caldera, recebeu na semana passada o relatório da comissão para a reforma do sistema de seguridade social daquele país. O ministro do Trabalho, Juan Nepomuceno Garrido, não deu detalhes sobre o relatório, mas disse que o sistema de aposentadorias e de pagamento a trabalhadores demitidos, que é alvo de polêmicas, será modificado. A legislação atual é vista como excessivamente generosa para os empregados e cara para os empregadores".

Gazeta Mercantil - 14 de março

Quantidade sem qualidade

"A Assembléia Legislativa de São Paulo aprovou 2.131 leis ordinárias e 137 leis complementares nos últimos quatro anos. O número impressiona. Mas entre as milhares de leis, poucas tiveram efeito sobre o dia-a-dia dos paulistas. Grande parte delas dá nomes a estabelecimentos de ensino, viadutos, estradas, centros de saúde etc. Outras tantas simplesmente atendem solicitações do executivo para abrir créditos suplementares ou autorizar a doação de imóveis. Entre as leis de maior relevância estão a que extinguiu as carteiras de previdência dos vereadores e prefeitos do Estado, a que regulamentou a concessão de serviços públicos, a que aumentou o imposto sobre combustíveis, a que criou o pólo industrial na zona leste da cidade de São Paulo e a que autorizou a criação de 43 novos municípios".

Folha de S. Paulo - 14 de março

Aumento do Imposto de Renda

"A Receita Federal estuda saída para aumentar o imposto a pagar ou diminuir a restituição da declaração do Imposto de Renda a ser entregue em abril. Deverá mudar a conversão de despesas com médicos e escolas na época da URV".

O Estado de S. Paulo - 16 de março

Na última reunião dos conselheiros da Adusp-da Regional Ribeirão Preto, iniciou-se um processo de discussão sobre as alternativas de atendimento médico-hospitalar dos docentes da USP/Ribeirão, uma vez que vários sócios e conselheiros da entidade estão sugerindo que a Adusp firme convênio com empresas de medicina privada. Esta discussão vem ganhando força em função da precariedade do atendimento local feito pelo Hospital das Clínicas e pelo IAMSPE. Ainda que exista uma decisão do Conselho de Representantes da Adusp contrária ao convênio, a Regional Ribeirão Preto não tem se furtado em debater a questão com os seus associados.

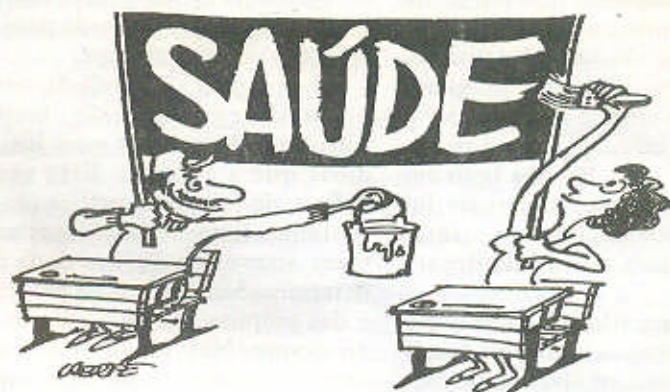
Os Conselheiros da Adusp/Ribeirão entendem, porém, que antes de se efetivar a contratação de qualquer convênio é preciso, antes, discutir a viabilidade ou não do IAMSPE como sistema de atendimento à saúde dos docentes, uma vez que todos, indistintamente, contribuem mensalmente com 2% de seus salários àquela instituição. Por-

tanto, neste momento de baixos salários, não é possível simplesmente desconsiderar estes 2%. Além disso, um eventual convênio privado equivaleria a, pelo menos, outros 2% do salário.

Para iniciar este processo de discussão os conselheiros de Ribeirão Preto e a diretoria da Adusp marcaram reunião aberta a todos os interessados para o dia 30 de março, às 16h30, no Salão Nobre da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto. Estarão presentes os seguintes expositores/debatedores: Jorge Eduardo Hurtado, diretor Regional do IAMSPE, Otaviano Helene, presidente da Adusp, Marcos

Peres, assessor jurídico da Adusp e um representante da Prefeitura do Campus da USP de São Carlos.

Estatuto - O Grupo de Trabalho (GT) da Adusp/Ribeirão Preto que está debatendo a Reforma do Estatuto da USP está organizando um Fórum de Debates para os dias 4 e 5 de maio. Serão debatidos os temas "1968/1995: para onde vai a USP?", "Carreira docente e regime de trabalho", e "Estrutura de poder na USP". Várias pessoas convidadas para fazerem parte das mesas confirmaram presença. No próximo Informativo Adusp estaremos informando a relação dos debatedores/expositores.



Resumo do Relatório da Tesouraria Fevereiro de 1995

Saldo de Janeiro:	R\$ 334.131,32
1. Receitas	
1.1. Contribuição Sócios	R\$ 56.285,42
1.2. Prestação Serviços	R\$ 76,90
1.3. Rendimentos Aplic. Financ.	R\$ 3.310,39
1.4. Outros	R\$ 1.882,79
Disponível	R\$ 395.686,82
2. Despesas	
2.1. Pessoal/Encargos Sociais	R\$ 21.517,21
2.2. Repasse a ANDES-SN	R\$ 11.190,80
2.3. Diretorias Regionais	R\$ 800,00
2.4. Manutenção da Sede	R\$ 4.464,73
2.5. Comunicação	R\$ 2.189,11
2.6. Eventos	R\$ 9.064,83
2.7. Outros	R\$ 1.404,26
Total Despesas	R\$ 50.630,94
Saldo de Fevereiro	R\$ 345.055,88
3. Ativo Financeiro	
3.1. Aplicações em RDB+FBN	R\$ 263.200,28
3.2. Poupança	R\$ 81.650,85
3.3. Conta Corrente	R\$ 10,00
3.4. Caixa Secretaria	R\$ 194,75
Total do Ativo Financeiro	R\$ 345.055,88

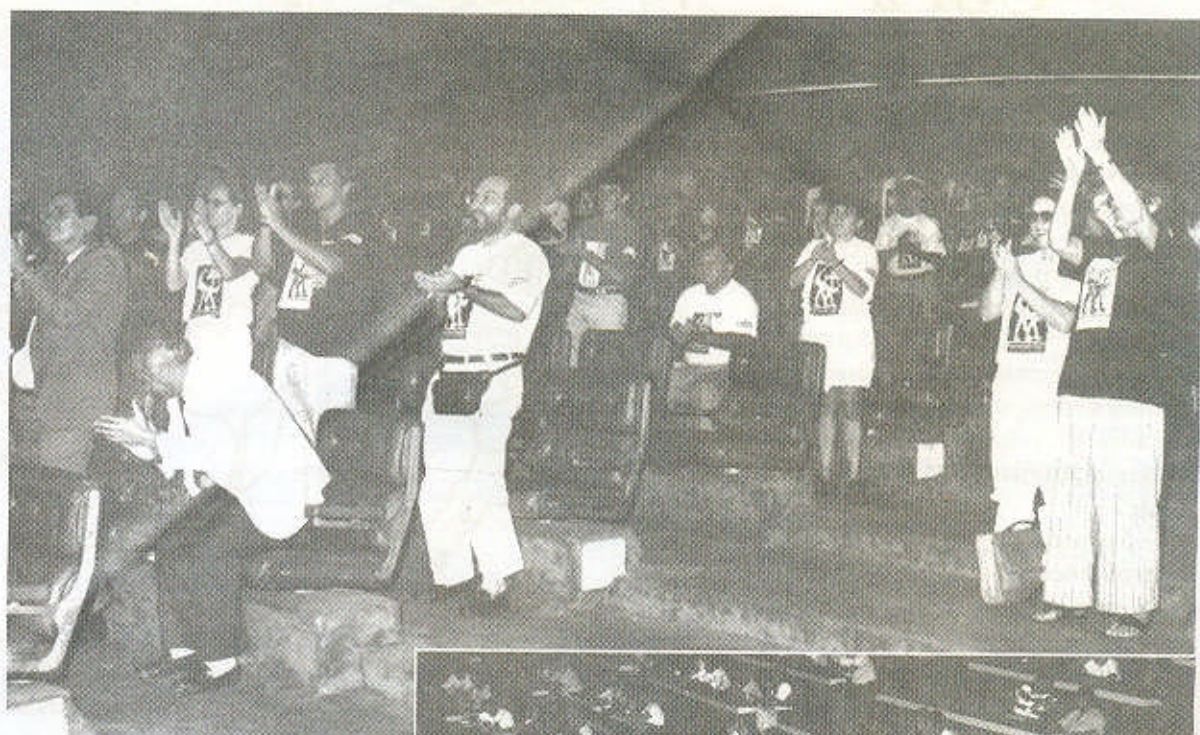
* o relatório circunstanciado encontra-se a disposição com o representante da unidade e na Adusp.

Congresso da Andes define eixos básicos de atuação para este ano

O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) realizou em Brasília, entre os dias 14 e 18 de fevereiro, o XIV Congresso da entidade. O encontro contou com a participação de 287 delegados e 49 observadores, representantes de 59 associações docentes, que debateram três grandes temas: "Movimento Docente e Conjuntura", "O Estado, as Políticas Públicas e a Construção da Cidadania", e "O Embate de Projetos na Educação". A Adusp participou do Congresso com 13 delegados e um observador.

O setor das Instituições Estaduais de Ensino Superior aprovou um plano que unifica suas lutas em nível nacional e pretende desenvolver ações que obriguem os poderes Executivo e Legislativo a cumprir os dispositivos constitucionais referentes à Educação e C&T. Além disso, o setor fará um levantamento de dados, em todo o território nacional, visando elaborar uma radiografia da realidade das Instituições Estaduais de Ensino Superior. A mobilização da categoria, que se pretende permanente, contará, neste ano, com a realização de eventos regionais e um encontro temático nacional. Está prevista, também, a criação de fóruns das associações docentes, que em conjunto com a Organização de Servidores Públicos e outras entidades, empreenderão lutas em defesa de conquistas sociais e da desprivatização do Estado e contra o neoliberalismo.

Conjuntura - Em relação ao tema "O Movimento Docente e a Conjuntura", o XIV Congresso da Andes aprovou uma série de ações que serão desenvolvidas ao longo deste ano em conjunto com outras categorias de trabalhadores e os movimentos sociais: a) construção do projeto democrático popular em oposição às políticas neoliberais do governo Fernando Henrique Cardoso, b) defesa da escola pública, gratuita, democrática e de qualidade em todos os níveis, c) defesa da soberania nacional e dos direitos sociais garantidos na Constituição e a luta contra a reforma constitucional de caráter neoliberal, d) luta pela democratização dos meios de comunicação, e) defesa da independência de classe das



Cerca de 800 pessoas participaram, no Senado, do lançamento da campanha em defesa da universidade pública. No destaque, plenária do XIV Congresso da Andes.



organizações dos trabalhadores e cooptação governamental/patronal, e a solidariedade com a luta dos trabalhadores e dos povos do mundo, em especial do México, Argentina e contra o bloqueio econômico a Cuba, f) defesa das liberdades democráticas e construção efetiva da cidadania e g) luta pela reversão da miséria e por condições dignas de vida para toda a população.

Estado - Na discussão sobre o tema "O Estado, as Políticas Públicas e a Construção da Cidadania", o Congresso aprovou: a) defender a aposentadoria com salário integral e nos termos da Constituição aprovada em 1988 para todos os trabalhadores, b) não desvincular saúde, previdência e assistência social, c) estabelecer uma política de C&T para o país, submetida a um efetivo controle social, d) debater, com os demais movimentos sindicais, as conseqüências do Mercosul para a América Latina, no que

diz respeito a C&T e à repercussão junto à classe trabalhadora, e) associar a reforma agrária a uma política de desenvolvimento econômico não assistencial, f) criticar e propor a não participação da CUT (Central Única dos Trabalhadores) na Cúpula Social e g) incentivar a participação da CUT na Conferência Operária Independente.

Educação - Os docentes analisaram, ainda, o projeto neoliberal que está sendo implantado por FHC na área da Educação e o Projeto Democrático e Popular, proposto pela Andes. Após amplo debate sobre o tema "O Embate de Projetos na Educação", os professores reunidos em Brasília decidiram intensificar a luta pela aprovação imediata da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB), que tramita no Senado. Segundo o senador Eduardo Suplicy (PT/SP), que participou, dia 15 de fevereiro, em Brasília, do lançamento

da campanha "1995: Em defesa da Universidade Pública", há determinação do presidente Fernando Henrique Cardoso para que se atrase a tramitação da LDB. Para evitar que este desejo governamental se concretize, o Congresso da Andes decidiu-se pela realização de atos públicos e a coleta de assinaturas visando pressionar os senadores e esclarecer a sociedade brasileira como um todo. Os docentes decidiram, também, unificar o movimento brasileiro com o dos trabalhadores em educação do Cone-sul. Para viabilizar esta proposta será realizado em Santa Catarina (SC) um Seminário para debater o trabalho, a educação e a cidadania no Cone-sul. Quanto à autonomia universitária, decidiu-se pela continuidade da luta contra as propostas neoliberais do Governo Federal, em defesa de projetos de autonomia vinculados ao compromisso social da universidade.

USPa

E um dia o Bresser Pereira venceu a parada. Primeiro começou a cobrar mensalidade nas universidades federais, depois instituiu a catraca eletrônica nas salas de aula e agora tinha grandes planos para a USP.

O mercado exige, dizia ele numa coletiva de imprensa, o mercado exige e nós não podemos desrespeitar as leis do mercado. Precisamos de eficiência, enxugamento e desregulamentação.

Munido de várias planilhas e projeções, foi delineando seus planos:

A Cidade Universitária compreende uma das mais agradáveis áreas verdes da capital paulista. Se formos meramente cobrar taxas ou privatizar a USP, ela não se tornará atraente para o investidor privado, prosseguia ele, sob o olhar de aprovação de Malan e Serra que foram ouvir a coletiva do ministro sob a promessa de não brigarem; muito embora Serra assegurasse aos que os apartaram que só queria ensinar a seu colega os rudimentos da teoria econômica, como por exemplo apertar o cinto. Com os pés. Alheio a isso, Bresser inebriava-se com as próprias palavras.

E qual é o empreendimento que vamos realizar? Simples, transformar a universidade numa colônia de tratamento físico. Um spa. Isso, ao invés de USP, teremos USPa! Não é o máximo? Rá! Rá! USPa...

Eufórico, o ministro não se esquecia de nenhum detalhe. O centro esportivo seria mantido, a FAU seria uma espécie de terma romana, a História, uma academia de aeróbica, o bosque da biologia uma área de descanso, etc..

E assim é o homem. Ele pensa longe, pois, diferentemente dos outros membros da equipe econômica que só se pautam pelo mercado, ele vai além. Ele, sem desmentir as origens, se guia pelas leis de supermercado.

